



A IMPORTÂNCIA DO APEGO NOS ANOS INICIAIS DE VIDA: UMA BREVE VISÃO À LUZ DA TEORIA DE JOHN BOWLBY E DE WINNICOTT

ARTIGO ORIGINAL

VIEIRA, Francielly Cardoso ¹

VIEIRA, Francielly Cardoso. **A importância do apego nos anos iniciais de vida: uma breve visão à luz da teoria de John Bowlby e de Winnicott.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 07, Vol. 01, pp. 128-135. Julho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/importancia-do-apego>

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que tem por objetivo compreender as implicações do apego para o desenvolvimento saudável da criança, percebendo como o apego seguro vivido na primeira infância influencia nas relações do indivíduo com a sociedade através do vínculo afetivo construído com a mãe biológica ou com outro substituto materno que desempenhe bem a função de cuidador. Uma vez que, a interação da criança com o cuidador pode promover ou patologizar seu desenvolvimento afetivo-emocional, pois quando não se tem uma boa adaptação nos primeiros relacionamentos da infância, ou quando estes são construídos e rompidos, a criança pode sofrer consequências principalmente em relação à saúde mental e ao desenvolvimento de sua personalidade.

Palavras-chaves: Apego, vínculo afetivo, cuidador.

¹ Especialista em Saúde Pública, Saúde mental e Dependência Química.



INTRODUÇÃO

Aapego é o laço emocional que une a criança ao seu cuidador ou cuidadores (GOMES; MELCHIORI, 2011). O cuidado materno nos primeiros anos de vida torna-se essencial para que o indivíduo cresça confiante em si e no mundo, esse cuidado é proporcionado pela figura da mãe biológica ou mãe substituta ou por outra pessoa que exerça bem a função de cuidador, assim, provendo as necessidades básicas e afetivas da criança e construindo junto com ela uma relação íntima, calorosa e segura. Essa relação quando bem sucedida repercute na vida adulta, pois a forma como a mãe age orienta o psiquismo do bebê.

A relação entre mãe e filho foi estudada pelo psiquiatra e psicanalista, John Bowlby, o qual fundou a Teoria do Aapego. Ele acreditava que um relacionamento amoroso e seguro seria fundamental para o bom desenvolvimento psicológico da criança, e o rompimento nessa relação provocaria efeitos maléficos até mesmo irreversíveis ao desenvolvimento da personalidade. Com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, Bowlby usou o cenário de guerra como campo de observação, onde realizou várias pesquisas a respeito de crianças órfãs e as que de alguma forma foram afastadas de seus lares, sendo removidas para lares substitutos (BOWLBY, 2006).

Já a visão Winicottiana sobre aapego, traz a importância de uma maternagem suficientemente boa, onde a criança através dessa relação possa se desenvolver cognitivo e afetivamente bem. Essa maternagem suficientemente boa se refere àquela mãe que assiste e auxilia seu filho em seu desenvolvimento, tornando-se sensível o suficiente para se adaptar as necessidades de seu bebê, assim suprindo as necessidades corporais e posteriormente as necessidades do ego da criança (ROCHA, 2006). Além dos pais, toda a família também tem papel relevante, pois é no seio dela que a criança vivencia seus primeiros contatos com o mundo e têm suas primeiras relações afetivas e sociais.



1. JHON BOWLBY E TEORIA DO APEGO

As observações sobre o cuidado inapropriado nos primeiros anos de vida e a aflição e ansiedade de crianças pequenas quando afastadas dos cuidadores, levaram Jhon Bowlby a um aprofundamento em seus estudos acerca da importância do cuidado materno (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005). Bowlby acreditava que uma relação onde à mãe é a principal provedora dos cuidados básicos e afetivos do filho seria a base para o desenvolvimento mental saudável da criança, pois o distanciamento dos filhos com seus pais provocaria danos no desenvolvimento da personalidade das crianças. Seu interesse nas experiências familiares com crianças em desenvolvimento teve início quando trabalhou com crianças no cenário de guerra, onde elas eram removidas de seus lares para serem abrigadas em instituições como creches e hospitais, longe dos cuidados de seus pais (BOWLBY, 2006).

Na década de 1930 (GOMES; MELCHIORI, 2011) em uma clínica infantil de Londres, Bowlby dirigiu uma pesquisa sobre delinquência juvenil, um acontecimento social que provocou preocupações nas autoridades do estado, onde foi investigada uma amostra com 44 crianças, de ambos os sexos, que tinham passagens de furtos, agressividades e comportamentos antissociais. Trabalhando em cima da possibilidade de que a compreensão para a delinquência deveria ser encontrada nas primeiras experiências afetivas da infância, e seguindo essa linha de pesquisa, descobriu que todas as crianças investigadas haviam tido experiências de lares destruídos e 14 crianças apresentavam históricos de várias mudanças e de recolocações em lares substitutos. Após a Segunda Guerra Mundial, as neuroses de guerra provocaram um debate sobre as origens traumáticas dos distúrbios psíquicos e sobre o tratamento da delinquência Dalben (2005), pois a guerra foi um período de grande demanda e aprofundamento no estudo das relações mãe-criança na área da psicologia infantil. Seus estudos sempre foram embasados em dados científicos e tinham o objetivo de desenvolver medidas profiláticas que conseguissem diminuir os danos, tanto em curto como em longo prazo, Bowlby (1979/2001 apud DALBEN, 2005).

Outro conceito fundamental da Teoria do Apego é o do comportamento de apego, que se refere a ações de uma pessoa para alcançar ou manter



proximidade com outro indivíduo, claramente identificado e considerado como mais apto para lidar com o mundo (BOWLBY, 1989; CASSIDY, 1999, apud DALBEM; DELL'AGLIO 2005, p. 15).

Pois a criança precisa de outra pessoa a qual se identifique e construa uma relação de confiança e segurança, e que seja mediadora para as futuras relações.

O comportamento de apego é instintivo, e que evolui ao longo do ciclo da vida e não é herdado; o que se herda é o seu potencial ou o tipo de código genético que permite à espécie desenvolver melhores resultados adaptativos, caracterizando sua evolução e preservação (GOLSE, 1998 apud DALBEM; DELL'AGLIO, 2005, p. 15).

A experiência decorrente dos relacionamentos íntimos durante a vida toda tem papel importante na organização do comportamento e das emoções.

A característica essencial comum entre apego e comportamento de apego é que dois parceiros tendem a se manter próximos um do outro. A relação da criança com o cuidador é entendida como apego, porém o relacionamento do cuidador com ela não é considerada um apego, porque este não vivencia uma sensação de maior segurança na presença do bebê, nem o sente como uma base segura. O comportamento de apego é demonstrado a partir de ações básicas como o chorar, o riso, a busca por aconchego e por contato visual. Já o vínculo de apego é revelado principalmente pela tentativa de proximidade com o cuidador, e pelo protesto perante a separação (KLAUS; KENNELL e KLAUS, 2000 apud DOTTO; HASLINGER; SPOHR, 2012).

Ao longo de seu trabalho, Bowlby (DALBEM; DELL'AGLIO, 2006), buscou não apenas promover mudanças efetivas na sociedade de sua época, como também tentou aplicar em suas pesquisas um rigor científico, considerando importante a dedicação na infância, principalmente nas primeiras experiências infantis negativas em relação ao seu ambiente e as desordens psicológicas consequentes que ocorriam. Nas últimas décadas, as pesquisas baseadas na Teoria do Apego enriqueceram amplamente essa teoria com novas formulações e novos conceitos, acompanhados de um aprimoramento metodológico significativo (CROWELL; TREBOUX, 1995 apud DALBEM, 2005).



1.1 APEGO: ÓTICA WINNICOTTIANA

Os estudos de Winnicott apontam que a criança tem necessidade em ter por perto alguém que desempenhe a função de cuidador em uma posição de referencial afetivo, onde construa junto com ela uma relação segura e recíproca, suprindo suas necessidades básicas, afetivas e psicológicas. Essa representação se dá em grande parte pela mãe biológica ou por um substituto materno, já que, é na presença de uma mãe suficientemente boa que a criança pode iniciar o processo de desenvolvimento pessoal e real (BRAZ; GRANDO e KATZWINKEL, 2012). Essa mãe considerada suficientemente boa é aquela que assiste seu filho em seu desenvolvimento, onde é empática e sensível o suficiente para acolher as suas necessidades, sendo capaz de protegê-lo para que nada possa interferir nessa relação, e é através desse posicionamento que ela consegue responder as necessidades da criança.

A mãe suficientemente boa (não necessariamente a própria mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste a aqüilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração. Naturalmente, a própria mãe do bebê tem mais probabilidade de ser suficientemente boa do que alguma outra pessoa, já que essa adaptação ativa exige uma preocupação fácil e sem ressentimentos com determinado bebê. Na verdade, o êxito no cuidado infantil depende da devoção, e não de “instinto” ou conhecimento intelectual (WINNICOTT; 1953 [1951] apud ROCHA, 2006, p. 4).

No início a relação é vista como dupla, onde mãe-bebê estão unidos de uma maneira que a mãe é o bebê e ele é a mãe.

Winnicott parte da dependência do bebê em relação ao meio ambiente (mãe) para explicar como um indivíduo se desenvolve e caminha em direção à dependência relativa e à conquista da independência desse ambiente, considerado aqui como sinônimos dos cuidados maternos (WINNICOTT, 1988, p. 137, apud ROCHA, 2006, p. 3).

O bebê faz parte de uma relação e por isto ele não existe sozinho, porque sempre que há o bebê existe também a maternagem e um ambiente construído por ela, ou seja, a presença de alguém que desempenha a função de mãe porque ele é dependente e



necessita de uma mãe que esteja identificada com ele e que seja capaz de atender espontaneamente as suas necessidades.

As primeiras relações materno-infantis, vão se constituir desde o nascimento do bebê até os primeiros anos de vida. É uma relação na qual o par mãe-bebê se comunicará pela relação recíproca que foi desenvolvida desde a concepção, passando pelo desenvolvimento do bebê em útero, até o instante do nascimento. A partir daí, uma relação de confiança e mutualidade vai se estabelecendo, caso tudo corra bem. O bebê reconhecerá a voz da mãe e o calor do seu corpo, assim como já vivenciava tudo o que se passava na interioridade do corpo materno. A mãe, por sua vez, desenvolverá uma relação simbiótica com seu bebê e estabelecerá, com ele, uma comunicação pautada em experiências não verbais, oferecendo-se como o primeiro ambiente do qual o bebê precisa para se desenvolver emocionalmente (SILVA, 2016, p.31-32).

No primeiro ano de vida da criança muita coisa acontece, e o desenvolvimento emocional tem importância desde o início, ela precisa da presença de outro ser humano, sendo melhor que seja a sua própria mãe, e que ela lhe proporcione condições suficientes boas (ROCHA, 2006). Quando a mãe consegue adaptar-se bem às necessidades da criança nos estágios iniciais, ela consegue mantê-las, pois o vínculo entre mãe e filho geralmente é o primeiro e mais persistente de todos os vínculos, frequentemente se estendendo até a vida adulta (WINNICOTT, 1999 apud DOTTO; HASLINGER; SPOHR, 2012).

2. INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS

A confiança em si e no mundo que o sujeito adquire é proveniente da adaptação estabelecida com sua mãe nos seus primeiros estágios de vida, isto é, de como foi sucedendo-se o relacionamento entre mãe e filho, pois o adulto no qual nos tornamos não é somente o produto de nossa natureza biológica, mas também é o resultado de uma imensidão de interações que mantemos com quem nos rodeia ao longo dos anos iniciais de nossa formação (HOWE, 1997 apud ROMUALDO, 2013).

A criança sofre privação materna quando a mãe biológica ou substituta não lhe adequa aos cuidados afetivos de que ela necessita, ou quando a mãe é separada do lar. Esta privação não trará danos maiores se a criança contar com os cuidados substitutos de



outras pessoas as quais ela também tenha estabelecido vínculo de confiança. De acordo com Winnicott (1999 apud DOTTO; HASLINGER; SPOHR, 2012) quando a mãe consegue adaptar-se bem às necessidades da criança nos estágios iniciais, ela consegue segurar e sustentar a mesma, pois o vínculo entre mãe e filho geralmente é o primeiro e mais persistente de todos os vínculos, frequentemente se estendendo até a vida adulta. É esta relação complexa e compensadora com a mãe nos primeiros anos, enriquecida de inúmeras maneiras pelas relações com o pai e com os irmãos, que os psiquiatras infantis e muitos outros julgam, atualmente, estar na base do desenvolvimento da personalidade e saúde mental (BOWLBY, 2006).

O amor materno de que a criança necessita, é facilmente encontrado no seio da família e extremamente difícil fora dela. Os serviços habitualmente prestados pelos pais a seus filhos são de tal maneira considerados naturais que a grandiosidade dos mesmos é esquecida. Não há outro tipo de relacionamento no qual um ser humano se coloque de forma irrestrita e contínua à disposição do outro Bowlby (1995, apud BOFI et al, 2003, p. 31).

A família permite que a criança vivencie seus primeiros contatos com o mundo e mantenha suas primeiras relações afetivas. É nela que se dá a formação de vínculos, assim tornando-se para a criança o centro de seu mundo social.

Segundo a teoria do apego, a busca de proximidade física da mãe e a exploração do ambiente surgem no decorrer do primeiro ano de vida e permanecem intensas durante a primeira infância. Aos três ou quatro anos, esses comportamentos vão diminuindo e sua forma de expressão se modifica (AINSWORTH e COLS, 1978 apud PONTES et. al., 2007, p. 69).

De início, as crianças estão predispostas a formar vínculos afetivos com um pequeno número de cuidadores. A criança procura o cuidador como uma fonte de conforto quando há boas condições e como fonte de segurança em momentos estressantes.

Posteriormente, os modelos internos de funcionamento e os estilos de regulação de emoções, desenvolvidos com as relações iniciais, darão base para o estabelecimento de relações com outras pessoas, inclusive com parceiros de brincadeiras (AINSWORTH e BOWLBY, 1991 apud PONTES et. al., 2007, p. 69).



Também é importante para criança manter contato com outras, principalmente aquelas com faixa etária próxima a sua, onde ela constrói e aprende através da interação que acontece uma com as outras. Uma vez que, quanto mais cedo é firmado contato social com outras crianças fora de casa, melhor será sua sociabilidade e obtenção de habilidades sociais, construção de vínculos duradouros e formação de apegos essenciais para sua construção como sujeito (PAPALAIA, 2006 apud DOTTO; HASLINGER; SPOHR, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança precisa encontrar em seus primeiros relacionamentos de vida, afeto, cuidado e segurança por parte de seu cuidador ou cuidadores, pois as vivências nos primeiros anos de vida repercutirão na construção psicológica e social da criança enquanto sujeito, já que ela é marcada em seus anos iniciais por grandes transformações e descobertas, onde cada uma possui seu padrão característico de desenvolvimento, e que sofre constante influência do seu ambiente.

A figura materna é a mais indicada para prover as necessidades básicas e afetivas da criança, assim como também, à família tem papel relevante nessa construção de vínculos, dando à criança a possibilidade de lançar-se ao mundo com a segurança de que é amada, e assim contribuindo para o bom desenvolvimento saudável de sua personalidade e saúde mental.

São as experiências afetivas nos primeiros anos de vida que promove a construção de apego, onde a criança através do afeto e dos cuidados básicos que recebe, constrói uma relação de segurança e confiança com quem cuida.

REFERÊNCIAS

BOFI, TÂNIA CRISTINA; BRAGA, MARILANDES RIBEIRO; CONSTANTINO, ELISABETH PIEMONTE; ITO, REGINA LÚCIA MEIRELLES GONÇALVES; MASTROIANNI, EDELVIRA DE CASTRO QUINTANILHA; MONDIN, ELZA MARIA



CANHETI. Um olhar da psicologia sobre a educação: Diagnóstico e Intervenção na Infância e Adolescência. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2003.

BOWLBY, John. Cuidados maternos e saúde mental. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAZ, MARINA MIRI; GRANDO, MARINA SCHNORR; KATZWINKEL, ANDRÉA DA SILVA. Mãe suficientemente boa na contemporaneidade: uma (re)leitura winniciottiana. IX ANPEDSU, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

DALBEM, JULIANA XAVIER. Características da Representação do Apego em Adolescentes Institucionalizadas e Processos de Resiliência na Construção de Novas Relações Afetivas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6369/000529019.pdf?sequence=1>>. (Acesso em junho de 2015).

DALBEM, JULIANA XAVIER; DELL'AGLIO, DÉBORA DALBOSCO. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a03.pdf>>.

DOTTO, FERNANDA REAL; HASLINGER, CAMILE; SPOHR, VANESSA: A criança e seu mundo: compreender a partir do infantil como é estabelecida a interação entre vínculo social e apego. UNIFRA: Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6639.pdf>>. (Acesso em maio de 2015).

FALKENBACH, ATOS PRINZ; ROSA, LEANDRO DA. A formação de vínculos afetivos na relação primária mãe/criança com deficiência. Revista Digital: Buenos Aires, ano



14, n. 133, 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd133/relacao-primaria-mae-crianca-com-deficiencia.htm>>. (Acesso em maio de 2015).

GOMES, ADRIANA DE ALBUQUERQUE; MELCHIORI, LÍGIA EBNER. A Teoria do Apego no contexto da produção científica contemporânea. 2011. São Paulo. Editora UNESP. Cultura Acadêmica.

PONTES, FERNAND AUGUSTO RAMOS; SILVA, SIMINE SOUZA DA COSTA; GAROTTI, MARILICE; MAGALHÃES, CELINA MARINA COLINO. Teoria do apego: elementos para uma concepção sistêmica da vinculação humana. *Versão impressa ISSN 1413-0394*. Universidade Federal do Pará. Aletheia, Canoas n.26, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-03942007000200007&script=sci_arttext>. (Acesso em maio de 2015).

ROCHA, MARLENE PEREIRA. Elementos da teoria winniciottiana na constituição da maternidade. [Dissertação]. Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15511/1/Dissertacao%20MARLENE%20PEREIRA%20DA%20ROCHA.pdf>>.

SILVA, SERGIO GOMES DA. Do feto ao bebê: Winnicott e as primeiras relações materno-infantis. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Psicol. clin. vol.28 no.2 Rio de Janeiro 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v28n2/03.pdf>>. (Acesso em abril de 2018).

ROMUALDO, L. Revista. muitomais.com. Ano IV – Ed. 68, 2013, p. 23.

Enviado: Junho, 2020.

Aprovado: Julho, 2020.